

**O ACORDO:
A RELEVÂNCIA DA TRADIÇÃO
NAS NORMAS ORTOGRÁFICAS**

Vanessa Stutzel Ganem (UERJ)
vanessastutzel@yahoo.com.br

USOS DA LINGUAGEM

A escrita, como pensou Saussure, fixa os signos da língua. Mas seria só isso? A resposta deve ser negativa. O surgimento desta linguagem fez a consciência do homem mudar, passou-se do concreto para o abstrato. As mudanças de pensamento o levaram, com o passar do tempo, ao crescimento intelectual e ao desenvolvimento cultural.

Há três fases que são habitualmente distinguidas na evolução da escrita, são elas:

1. Escrita *sintética* – o signo representa toda uma frase. Trata-se de um sistema de notação por imagens semelhantes ao rébus (*rébus* – sequência de desenhos, palavras, números, letras, que pela homofonia indica a palavra ou a frase que se quer exprimir), mas sem que o signo remeta a sons. Esta fase marcaria a passagem do concreto ao abstrato.

2. Escrita *analítica* – marca a passagem da frase “global” para a separação em elementos mais simples, as palavras. Cada signo representa uma palavra (aqui, entende-se como uma “unidade significativa”). Este signo não tem nenhuma relação com os sons da palavra.

3. Escrita *fonética* – representa os sons. Esta fase de início indicava um signo para um grupo de sons e, depois, passou-se para um signo por som.

Não existe atualmente um “sistema puro” como, por exemplo, o nosso alfabeto que não é apenas fonético.

A transmissão da linguagem escrita passou por três etapas: o manuscrito, a datilografia e a impressão, esta reforçou e transformou os efeitos da escrita sobre o pensamento e a expressão, pois difundiu o conhecimento e tornou a cultura escrita universal.

ORTOGRAFIA

Como sabemos, a língua é dinâmica e se modifica a todo o momento. O português medieval não é o mesmo que o do Renascimento ou do Romantismo. As palavras que estão presentes no nosso léxico são frutos da necessidade do ser humano em se comunicar, visto que, a linguagem se dá na interação do homem com o meio em que vive. Porém, como já se pensou antes, a escrita não impede que o idioma evolua, pois a língua tem uma tradição oral independente da escrita.

Sabe-se que a escrita passou por diversas modificações ao longo da história. Até o século XVI, a ortografia era essencialmente fonética. A escrita tinha como característica principal a tentativa de reproduzir a fala, o que gerava muitos problemas, pois, por falta de sistematização e coerência, grafava-se o mesmo som de maneiras distintas e da mesma maneira, diferentes sons. Os livros, por exemplo, eram copiados através do processo do ditado. Os manuscritos medievais estão repletos de abreviações, nos quais, beneficiavam o copista, mas eram incômodas para o leitor.

No entanto, as primeiras gramáticas ortográficas do português, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, numa perspectiva sincrônica, defendiam a ortografia fonética.

Da metade do século XVI até os primeiros anos do século XX, diante de uma perspectiva etimológica e da necessidade de afirmação da língua portuguesa, houve a pretensão em escrever as palavras segundo os clássicos latinos e gregos, não havendo uma ortografia oficial.

A ortografia etimológica foi defendida pelas gramáticas ortográficas de Duarte Nunes de Leão, autor da primeira gramática histórica *Orthographia da Lingoa Portuguesa* e Pero Magalhães de Gândavo, que também publicou suas regras de ortografia. Valorizavam-se o refinamento e a perfeição da língua.

Verney, outro idealizador que se dedicou às questões ortográficas, propôs na primeira carta, do *Verdadeiro Método de Estudar*, que trata dos problemas da língua portuguesa, a ideia de a língua seguir um modelo padrão, como por exemplo, a língua Estremadura. Com isto, sugeriu uma reforma ortográfica baseada numa doutrina

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

fonética e visando à simplificação e uniformização da escrita. Contudo, teve que dar espaço as exceções para atender ao uso tradicional. Suas simplificações foram adotadas, oficialmente, mais tarde, como a fixação do alfabeto, no qual as letras *k*, *w* e *y* eram usadas somente em casos especiais; a restrição no uso do *h*; a eliminação do *s* no grupo inicial *sc*; a supressão das consoantes que não se pronunciam: *ótimo* em vez de *optimo*; o estabelecimento da diferença entre *i* e *j*, e entre *u* e *v*, e assim por diante.

O período histórico-científico, que se inicia em 1904 com a publicação de *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, ficou conhecido como a época da “nova ortografia”. As propostas de Viana eram basicamente:

- a) banir todos os símbolos de etimologia grega : *th*, *ph*, *ch*, *rh* e *y*;
- b) reduzir as consoantes dobradas, com exceção de *rr*, *ss* mediais;
- c) eliminar as consoantes nulas que não influam na pronúncia da vogal precedente;
- d) regularizar a acentuação gráfica.

Para o gramático, as regras deveriam ser válidas para todas as variantes de língua portuguesa e terem como princípio básico: simplificação, regularidade e continuidade. O trabalho repercutiu muito na época. Contudo, foi uma alavanca para a reforma ortográfica que, aliás, foi adotada segundo o seu sistema, com pequenas modificações.

O ACORDO

Abaixo uma breve cronologia (Silva, 2009, p. 11-13) das reformas ortográficas:

1907 – a Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações.

1910 – implantada a República em Portugal, foi nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme para ser usada nas publicações oficiais e no ensino.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

1911 – primeira Reforma Ortográfica – tentativa de uniformizar e simplificar a escrita, mas não foi extensiva ao Brasil.

1915 – a Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia brasileira com a portuguesa.

1919 – a Academia Brasileira de Letras revoga a sua resolução de 1915.

1924 – a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começam a procurar uma grafia comum.

1929 – a Academia Brasileira de Letras lança um novo sistema gráfico.

1931 – aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, o qual visava suprimir as diferenças, unificar e simplificar a ortografia, mas não foi posto em prática.

1938 – foram sanadas as dúvidas quanto à acentuação de palavras e foi criada a comissão para organizar o *vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*.

1943 – redigida a primeira Convenção ortográfica entre Brasil e Portugal, que resultou no Formulário Ortográfico de 1943.

1945 – Acordo Ortográfico, que se tornou lei em Portugal, mas no Brasil não foi ratificado pelo governo; os brasileiros continuaram a se regular pela ortografia anterior, do vocabulário de 1943.

1971 – promulgadas alterações no Brasil, reduzindo as divergências ortográficas com Portugal.

1973 – promulgadas alterações em Portugal, reduzindo ainda mais as divergências ortográficas com o Brasil.

1975 – a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboram novo projeto de acordo, que não foi aprovado oficialmente.

1986 – o presidente brasileiro José Sarney promove um encontro dos sete países de língua portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, no Rio de Janeiro, no qual apresenta o Memorando sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

1990 – a Academia das Ciências de Lisboa convoca novo encontro juntando uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – as duas academias elaboram a base do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. O documento entraria em vigor (conforme o 3º artigo do mesmo) no dia “1 de janeiro de 1994, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo português”.

1996 – o último acordo foi ratificado apenas por Portugal, Brasil e Cabo Verde.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

2004 – os ministros da Educação da CPLP se reúnem em Fortaleza, no Brasil, para propor a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, mesmo sem a ratificação de todos os membros.

2006 – São Tomé e Príncipe ratifica o Acordo, tornando legítima a sua implantação, a partir de 1º de janeiro de 2007, nos países que o fizeram.

2008 – Portugal e Brasil estabelecem seus cronogramas de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

2009 – entrou em vigor no Brasil o novo Acordo Ortográfico, com prazo final da sua implementação estabelecido para 31 de dezembro de 2012.

A reforma ortográfica visa à unificação da língua portuguesa, contudo, o objetivo inicial nada tinha a ver com uma real padronização. Segundo o projeto dos portugueses, o acordo iria fortalecer e proteger a língua portuguesa das influências de outras línguas, o que é impossível e inaceitável. Pois

A língua portuguesa é uma língua de cultura estabelecida e só tem a ganhar com o contato com outras línguas: o vocabulário se enriquece, as expressões linguísticas se modernizam e o risco de ocorrerem mudanças morfosintáticas é praticamente nenhum, e, se ocorrerem, não serão por causa da influência de uma dada língua estrangeira, mas sim, porque a língua portuguesa, como todas as demais, é um organismo vivo, cujas mudanças paulatinas e praticamente imperceptíveis são inevitáveis (Botelho, p. 1).

Desta forma, levando em consideração que a língua é viva, o acordo deve propor “uma unidade na diversidade” (cf. Bechara, 2008, p. 23), ou seja, a prática e o uso deverão ser determinantes. Nada mudará na pronúncia de cada povo, nas diferenças particulares de significado e, em alguns casos, o uso de algumas palavras fará com que estas desobedeçam à regra.

A PREVALÊNCIA DO USO

A Base I do acordo não nos traz muita novidade. Ratifica a presença das letras **k**, **w** e **y**, em nosso alfabeto, mas ressalta que a grafia de algumas palavras será determinada pela força do uso. Poderão ser registrados vocábulos com grafias alternativas de acordo com a origem ou adaptá-las, tanto quanto possível, por formas vernáculas. Exemplo: *Nazaré*, *Davi*, *Genebra*; em vez de *Nazareh*, *David*, *Genève*, respectivamente.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Encontra-se na Base II a norma de utilização do *h*. Nela consta que algumas palavras, apesar da etimologia, perderão o *h*, pois estão consagradas pelo uso: *erva* em vez de *herva*, como também, *ervaçal*, *ervanário*, *ervoso*, em contraste com as formas eruditas: *herbáceo*, *herbanário*, *herboso*, e *úmido* em vez de *húmido*. Manterá o *h* inicial em *haver*, *hoje*, *humor*, *hem*. Em seguida, expõe a utilização em composições, informando que o *h* que seria ligado por hífen à palavra precedente, suprime-se em alguns casos. Exemplo: *desarmonia*, *desumano*, *exaurir*, *inábil*, *lobisomem*, *reaver*. Porém, há exceções. A palavra *Bahia*, por exemplo, permanece com o *h*, pois é tradicional.

Na Base IV, encontra-se a questão das sequências consonânticas, em que são tratadas a conservação ou supressão das consoantes *c*, *p*, *b*, *g*, *m* e *t* interiores. Sabe-se que a pronúncia culta determinará o uso de tais consoantes, porém, há um embate; já que existem palavras, onde essas consoantes foram abolidas, como a maioria no Brasil, em contraste com a norma gráfica lusitana, em que elas foram preservadas. No entanto, verifica-se que a solução adotada agora é eliminá-las. Segundo o professor José Pereira, o critério fonético determina a eliminação gráfica das consoantes mudas ou não articuladas; ou ainda, mantêm algumas grafias duplas.

A aplicação do critério da pronúncia gerou algumas incongruências aparentes em palavras como *apocalítico* ou Egito (sem a presença do *p*, já que este não se pronuncia), em comparação com *apocalipse* ou *egípcio* (sendo que aqui o *p* se articula). No entanto, há uma “dessemelhança na linguagem” (Varrão, *apud* Ruy, 2006) que é determinada pelo uso e, não por razões de analogia. Pois, esta, segundo Varrão, é desnecessária na aplicabilidade das palavras.

Da Base VIII até XIII, são tratadas as relações de acentuação gráfica. São estabelecidas condições fonéticas, além das etimológicas, o que causa muitas divergências, visto que a pronúncia entre o português europeu e o do Brasil se diferenciam. Silva destacou que, na Convenção Ortográfica de 1945, foram apresentadas duas soluções para resolver esta questão. Uma era conservar a dupla acentuação gráfica, o que não levaria a uma unificação ortográfica. E a outra, consistia na abolição dos acentos gráficos, o que gerou uma polêmica.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Convém ressaltar que a língua faz a sua própria regra. E a língua portuguesa, por ser de base fonética, tem acentuação natural de intensidade e, como tal, fica desnecessária a acentuação gráfica em grande parte das palavras. Exemplos: *casa, papai, enjoo, vendeu, mais, fugiu, dois, depois, Nobel* etc. Acentuam-se graficamente as palavras que não se enquadram na acentuação natural. Ou seja: as proparoxítonas; as paroxítonas terminadas em *consoante, i, us, on, ons, um e uns*; e nas oxítonas terminadas em *a, as, e, es, o, os, em, ens* (nestes últimos casos, se tiverem mais de uma sílaba) e em ditongos abertos.

A aplicabilidade do hífen é tratada nas Bases XV, XVI e XVII, em que se mencionam os compostos, as locuções e os encadeamentos vocabulares. Os topônimos compostos, por exemplo, escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: *América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde* etc. Contudo, *Guiné-Bissau* e *Porto-Príncipe* fogem à regra por serem consagradas pelo uso.

Nas locuções de qualquer tipo, não se utilizará em geral o hífen, salvo algumas exceções também consagradas pelo uso, como o que acontece nas seguintes palavras: *água-de-colônia, cor-de-rosa, pé-de-meia, à queima-roupa, arco-da-velha, mais-que-perfeito* etc.

Nas formações com prefixos, quando o primeiro elemento termina por letra igual à que se inicia o segundo, grafa-se com hífen. Exemplo: *micro-ondas, contra-almirante, anti-ibérico, infra-auxiliar* etc. Segundo Bechara, estas formações têm facilitado o surgimento de formas reais ou potencialmente possíveis com crase, como *alfa-aglutinação* e *alfaglutinação*; *ovado-oblongo* e *ovadoblongo*. Porém, salienta que é preferível evitar crases no uso corrente, pois devem ser empregadas em casos que elas se mostram naturais, e não forçadas, como acontece em *telespectador* e *radiouvinte*.

Nas formações em que não houver perda de som da vogal final do primeiro elemento, e o segundo começar com *h*, serão aceitas as duas formas, como em: *carbo-hidrato* e *carboidrato*; *geo-história* e *geoiatória*. No entanto, quando houver perda do som da vogal final do primeiro elemento, deverá ser mantida a grafia consagrada: *cloridrato, clorídria, clorídrico, quinidrona, sulfidrila, xilarmônica* e *xilarmônico*. Também são de uso consagrado as palavras: *reidrarar*,

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

reumanizar, reabituair, reabilitar e reaver, e por isto devem continuar como estão.

No que pudemos observar, muitos dos trabalhos preocupados com a ortografia se limitaram em ditar regras de grafia e a repetir os mesmos critérios equivocados. Buscava-se uma padronização sem levar em consideração que a língua tem vontade própria, e que fica inviável querer amarrá-la em um só povo, em uma única cultura, e isenta de empréstimos. A presença da língua portuguesa em meio a diversidade e a identidade de povos tão distintos a usá-la como primeira língua só faz revigorar o sistema linguístico.

A preponderância do uso nas normas ortográficas ratifica a necessidade de se entender a língua como um elemento vivo, no qual, deve-se dar importância aos fatores da tradição que a constituem como língua escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BOTELHO, José Mário. *A nova ortografia: o que muda com o iminente (des)acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Botelho, 2007.

———. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. [Tese de Doutorado].

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

GARCIA, Afrânio da Silva. *O acordo ortográfico de 1995: seus antecedentes, seus pontos positivos e negativos, suas possíveis consequências*. [www.filologia.org.br/revista/artigo].

HENRIQUES, Claudio Cezar. *A nova ortografia: o que muda com o acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

RUY, Maria Lucília. *Formação de palavras – Livro VIII da gramática de Varrão*. São Paulo, 2006. [Dissertação de Mestrado defendida na USP].

SILVA, José Pereira da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. Niterói: Impetus, 2009. [2ª ed. 2009a].

———. *Notações teóricas sobre a história da língua portuguesa*. 2006. [Apostila de aula].

VALENTE, André, org. *Língua portuguesa: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.

VANOYNE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 12º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIARO, Mário Eduardo. *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo, 2004.